

Economia - Brasil. Impasse no crescimento econômico

Walber José Chavantes *

Nos últimos meses, o governo tem adotado medidas com o propósito de dar um sentido mais adequado à administração dos portfólios de crédito dos bancos, a fim de que a taxa de juros possa ser mais acessível às atividades econômicas.

Não obstante, ainda existe um razoável grau de desconfiança quanto à conjuntura econômica, em que os agentes econômicos ainda se encontram arredios nos seus investimentos e prudentes em suas transações.

As medidas em curso são de natureza cautelosa e ainda é duvidoso que o governo venha a admitir modificações mais vigorosas. Como algo capaz de acarretar a redução do nível da taxa de juros que está subordinada a aspectos estruturais associados ao desempenho da economia.

O preço do dinheiro tem as

mesmas limitações a que estão sujeitas as mais diversas transações econômicas. A receita de qualquer empresa está condicionada ao volume de vendas e ao preço da mercadoria. Se as vendas são modestas os preços se elevam, e vice-versa. São variáveis que se movimentam assimétrica e aleatoriamente na formação do resultado econômico.

Assim também acontece no comércio bancário. Ocorre que o volume de crédito no país é extremamente modesto, não ultrapassando 27% do PIB, enquanto no resto do mundo a maioria dos países (da Europa, da América do Norte e da Ásia) exibe uma relação entre 80% e 110% do PIB e a renda per capita é várias vezes maior do que a do Brasil.

Portanto, o nível da taxa de juros acompanha os mesmos princípios a que estão sujeitas as transações comerciais nos mais diversos segmentos da economia. Funciona como uma variável de comportamento inverso

ao volume de crédito, que é extremamente acanhado.

Subjacente à impossibilidade de uma redução mais efetiva da taxa de juros está o fato de o governo se assenhorar de parcela considerável da renda nacional. A carga tributária já alcança cerca de 31% do PIB e o governo ainda responde por um déficit nominal de cerca de 12% do PIB, que, em números absolutos, chega a cerca de R\$ 100 bilhões. Isso representa uma falta de poupança, que é coberta, em última instância, pela poupança do setor privado, que não ultrapassa o modesto percentual de 18% do PIB.

Nessas circunstâncias, o governo se apodera de recursos da renda nacional que chegam a 43% do PIB, prejudicando as disponibilidades e o desempenho da atividade privada.

Caso o governo admita uma taxa de juros em níveis capazes de induzir uma expansão mais vigorosa do crédito, o resultado inevitável será a ocorrência de uma incompatibilidade na equação das transações econômicas, em que o potencial da oferta deverá ser insuficiente para absor-

ver a demanda global. Em outras palavras, o valor das parcelas será maior do que o resultado da soma. A expansão da demanda agregada vai pressionar os preços e ativar as expectativas, cujo resultado será a exacerbação de pressões inflacionárias.

A sociedade estará, inevitavelmente, diante de um hiato inflacionário, que só será fechado pela elevação dos preços a posteriori.

Essa disputa na participação da renda nacional constitui um sério obstáculo ao crescimento sustentado da economia, de par ainda da inconveniência da lenta recuperação do balanço de pagamentos, que ainda se encontra desestruturado em razão do longo período do câmbio supervalorizado e uma política de tarifas defeituosa que não foi devidamente conduzida.

A timidez no afrouxamento do controle monetário explica a preocupação disfarçada do governo com a incompatibilidade do crescimento mais efetivo e

duradouro. Não há dúvida de que o governo está consciente de que a retomada do crescimento tem sérios limites, porque está condicionada à capacidade ociosa da economia, cuja plena utilização tende a se esgotar rapidamente,

A expansão da demanda agregada vai pressionar os preços e ativar as expectativas

e o coloca num dilema extremamente desconfortável: retomar o aquecimento da economia ou aceitar conviver com o processo

inflacionário.

Para solução desse impasse impõe-se a necessidade de um grande esforço para romper a inércia dos poderes constituídos em realizar as reformas estruturais a fim de que o governo reduza sua participação na renda nacional e seja restaurada a confiança dos agentes econômicos, criando-se o espaço indispensável para que a atividade privada retome os investimentos e o país cresça com estabilidade. ■

* Presidente do Sindicato e da Associação de Bancos do Estado do Rio de Janeiro.